

ENC: Desvinculação das Receitas dos Estados e Municípios (DREM). Prorrogação. Fórum Nacional de Governadores.

Presidência <presidente@senado.leg.br>

Seg, 11/12/2023 14:45

Para: Jacqueline de Souza Alves da Silva <JACQUES@senado.leg.br>

 2 anexos (2 MB)

Carta ao Congresso Nacional.pdf; OFÍCIO_Nº_49-2023_Carta_ao_Congresso_Nacional_Senado._rev[1].pdf;

De: Chefia-Executiva - Fórum Nacional de Governadores [mailto:gove.subforum@buriti.df.gov.br]

Enviada em: segunda-feira, 11 de dezembro de 2023 14:19

Para: Presidência <presidente@senado.leg.br>; Gisélia Rosa de Carvalho Severiano

<giselia.severiano@senado.leg.br>; Agenda do Presidente do Senado Federal

<agendapresidencia@senado.leg.br>

Cc: Chefia-Executiva - Fórum Nacional de Governadores <gove.subforum@buriti.df.gov.br>

Assunto: Desvinculação das Receitas dos Estados e Municípios (DREM). Prorrogação. Fórum Nacional de Governadores.

Você não costuma receber emails de gove.subforum@buriti.df.gov.br. [Saiba por que isso é importante](#)

Prezados (as), boa tarde.

Encaminho anexo o ofício Nº 49/2023 e Carta, destinado ao Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, com o propósito de tratar sobre a Desvinculação das Receitas dos Estados e Municípios (DREM).

Atenciosamente,

Gabrielle Santiago

Assessora Especial

Subchefia Executiva de Acompanhamento de Assuntos Intergovernamentais.

Gabinete do Governador do Distrito Federal

(61) 3961-4481



FÓRUM NACIONAL DE GOVERNADORES

OFÍCIO Nº 49/2023

Brasília, 11 de dezembro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Rodrigo Pacheco**
Presidente do Senado Federal
Brasília/DF

**Assunto: Desvinculação das Receitas dos Estados e Municípios (DREM).
Prorrogação. PEC da Reforma Tributária. Fórum Nacional de Governadores.**

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

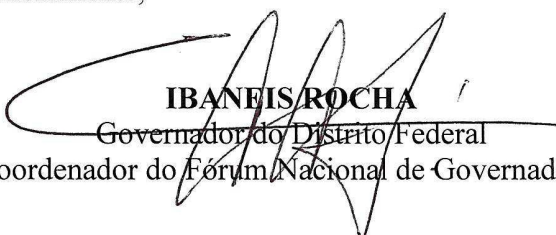
Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a Vossa Excelência a Carta do Fórum Nacional de Governadores dirigida ao Congresso Nacional, tratando da Desvinculação das Receitas dos Estados e Municípios (DREM), cujos efeitos legais terminam em 31 de dezembro do ano em curso, de acordo com o disposto na Emenda Constitucional nº 93, de 2016.

Nesse sentido, tendo como objetivo assegurar a necessária continuidade das ações governamentais financiadas com os recursos da DREM, formula-se pleito de prorrogação da referida desvinculação, antes do encerramento do atual exercício financeiro, com destaque para a possibilidade de atendimento desta solicitação por meio da promulgação apartada da matéria congênere acolhida no âmbito da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019 (PEC da Reforma Tributária), pacificada e aprovada em ambas as Casas do Congresso Nacional.

Alternativamente, sugere-se a proposição, em regime de urgência, de nova PEC ampliando o prazo previsto nos artigos 76-A e 76-B do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, preferencialmente até o dia 31 de dezembro de 2032.

Certo de contar com a atenção de Vossa Excelência, consigno votos de elevada consideração e distinto apreço.

Respeitosamente,


IBANEIS ROCHA
Governador do Distrito Federal
Coordenador do Fórum Nacional de Governadores

FÓRUM NACIONAL DE GOVERNADORES



CARTA AO CONGRESSO NACIONAL

A consolidação do processo democrático exige que o Poder Executivo e o Poder Legislativo, eleitos pelo voto popular, estabeleçam políticas públicas e sejam capazes de executá-las nos planos de governo e respectivos orçamentos, a cada legislatura, em resposta aos anseios sociais prioritários.

Nesse sentido, a *Desvinculação das Receitas dos Estados e Municípios* (DREM) é medida essencial, ao permitir que os recursos arrecadados pelos entes subnacionais sejam aplicados sem amarras desnecessárias, possibilitando que os governos tenham flexibilidade para definir como aplicar seus recursos financeiros, conforme as necessidades prementes da população.

A Emenda Constitucional nº 93, de 2016, desvinculou de órgão, fundo ou despesa, até *31 de dezembro de 2023*, 30% das receitas dos Estados e do Distrito Federal relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes. Assim, esse mecanismo, que se revela fundamental para a flexibilidade orçamentário-financeiro, será encerrado no atual exercício.

Dada sua indiscutível relevância, trata-se de um ponto contemplado de forma pacífica na Reforma Tributária, a qual, por sua vez, possui diversos outros temas suscitando discussões que poderiam atrasar o andamento do conjunto de alterações propostas, sendo de grande importância a prorrogação da DREM para os Estados e Municípios de modo célere, permitindo que os entes possam adequar suas Leis Orçamentárias Anuais para o exercício de 2024 com a inclusão desse mecanismo imprescindível para alcance do equilíbrio fiscal.

Por constituir questão *inadiável*, solicitamos ao Congresso Nacional que seja dispensada especial atenção à DREM, cujo prazo de vigência é exíguo e que necessita ser prorrogada antes do encerramento deste exercício, para que se possa verificar a continuidade das ações financiadas com os recursos dela oriundos.

Diante disso, nós, Governadoras e Governadores, assinalamos que é possível ao Senado Federal promover a promulgação apartada de tal tema, já pacificado e aprovado em dois turnos em ambas as Casas Congressuais, no âmbito da PEC da Reforma Tributária (PEC 45/2019). Alternativamente, alvitra-se a votação, em regime de urgência, de uma nova PEC que trate da prorrogação do prazo de vigência dos

FÓRUM NACIONAL DE GOVERNADORES

artigos 76-A e 76-B do ADCT, preferencialmente até 31 de dezembro de 2032.

Brasília, 11 de dezembro de 2023.

GLADSON CAMELI

Governador do Estado do Acre

PAULO DANTAS

Governador do Estado de Alagoas

CLÉCIO LUÍS

Governador do Estado do Amapá

WILSON LIMA

Governador do Estado do Amazonas

JERÔNIMO RODRIGUES

Governador do Estado da Bahia

IBANEIS ROCHA

Governador do Distrito Federal

RENATO CASAGRANDE

Governador do Estado do Espírito Santo

RONALDO CAIADO

Governador do Estado de Goiás

CARLOS BRANDÃO

Governador do Estado do Maranhão

MAURO MENDES

Governador do Estado do Mato Grosso

EDUARDO RIEDEL

Governador do Estado do Mato Grosso do Sul

ROMEU ZEMA

Governador do Estado de Minas Gerais

HELDER BARBALHO

Governador do Estado do Pará

JOÃO AZEVÊDO

Governador do Estado da Paraíba

RATINHO JÚNIOR

Governador do Estado do Paraná

RAQUEL LYRA

Governadora do Estado de Pernambuco

RAFAEL FONTELES

Governador do Estado do Piauí

CLÁUDIO CASTRO

Governador do Estado do Rio de Janeiro

FÁTIMA BEZERRA

Governadora do Estado do Rio Grande do Norte

EDUARDO LEITE

Governador do Estado do Rio Grande do Sul

ANTÔNIO DENARIUM

Governador do Estado de Roraima

JORGINHO MELLO

Governador do Estado de Santa Catarina

WANDERLEI BARBOSA

Governador do Estado de Tocantins